

## ENTREVISTA 2º EDIÇÃO REL

O objetivo desta seção é trazer intelectuais e/ou militantes libertários para comentar assuntos de interesse social. Nesse segundo semestre de 2019, importantes assuntos políticos não faltaram. O novo (velho) governo brasileiro interveio em institutos federais, colocando interventores, cortou bolsas de estudos, fez contingenciamento de verba para educação. Testemunhamos uma grande mobilização internacional devido a escalada da degradação ambiental no Brasil. Na América Latina, em especial, no Chile, Equador, Haiti pipocaram movimentos e protestos sociais. Em meio a tudo isso, percebemos a ascensão de grupos proto-fascistas em outros países. O prof. Rômulo Castro, a partir da lente teórica anarquista revolucionária nos presenteou com suas análises acerca dos assuntos supracitados. Vale a pena ler abaixo.

**REL:** Temos observado com indignação as nomeações em diferentes Universidades/Institutos federais de interventores que não foram escolhidos pela comunidade. Pior, alguns deles nem sequer pertencem à comunidade que se propõe a gerir. Gostaríamos de saber sua opinião a respeito, principalmente sobre a mobilização e ações diretas.

**Prof. Rômulo Castro:** O atual governo tem como objetivo a destruição da educação pública estatal. Acredito que haja dois componentes para isso: 1) um de ordem político e outro 2) de ordem econômica. Do ponto de vista político, o atual governo e ministério identificam no setor estatal da educação um centro de luta política, na visão dele de difusão do que eles chamam de “marxismo cultural”. Podemos entender isso como uma espécie de alucinação, mas também é fato que o setor da educação foi um dos que mais tiveram atuação política nas últimas décadas mediante o desmonte de outras categorias de trabalhadores. Não podemos esquecer, por exemplo, as greves recentes e as ocupações de escola. Sem contar que umas das maiores categorias na base da CUT são de trabalhadores da educação. Do ponto de vista econômico, está claro a intenção de um modelo privatista e de entrega do setor para grandes grupos econômicos que foram extremamente beneficiados no governo PT. Em termos de mobilizações, apesar de termos conseguido uma boa mobilização nas primeiras semanas, ainda precisamos avançar muito numa experiência sindical e de movimento social com base na ação direta. Ou seja, na criação de um saber político sindical revolucionário. Além de experiência política e sindical com base no estatismo e na socialdemocracia, ainda temos a pequena

política de disputa de ocupações de cargos que mobiliza boa parte dos trabalhadores destas instituições.

**REL:** Desde o início do ano temos visto ameaças constantes aos recursos destinados à educação. Como você observa o contingenciamento de despesas na área e os cortes das bolsas de estudos?

**Prof. Rômulo Castro:** O contingenciamento de recursos para educação e bolsas de estudos está de acordo com a política de austeridade que vem sendo implantada no Brasil desde 2015 e que passou pela aprovação da medida no governo Temer de contenção de recursos públicos por 20 anos. Neste sentido, o corte afeta primeiro estudantes e trabalhadoras e trabalhadores mais precarizados, neste caso, principalmente, mulheres negras. O corte em bolsas afeta na graduação e mesmo no ensino médio estudantes que dependem desse recurso para sobreviver. Do mesmo modo as bolsas de pesquisa nos programas de pós-graduação que acabam funcionando como fonte de renda, em muitos casos uma renda maior que salário na rede pública e privada de ensino. Já em curto prazo temos uma gradual queda na qualidade e por outro lado a possibilidade de uma saída de trabalhadores qualificados que vão buscar empregos e uma condição de vida de melhor em outros países.

**REL:** Como você tem interpretado esse momento político brasileiro? Quais contribuições podemos salientar a partir das perspectivas anarquistas e libertárias?

**Prof. Rômulo Castro:** A vitória da chapa Bolsonaro-Mourão (PSL/PRTB) significa o avanço do militarismo, do teologismo e do ultraliberalismo na estrutura de poder do Governo Federal. É um governo de *contrainsurgência*, e as últimas falas dos membros da “família” demonstram isso. O período entre 2013-2017 a luta de classes no Brasil viveu um período de acirramento com o desenvolvimento de lutas autônomas e da ação direta do povo que questionaram tanto o pacto de conciliação de classes petista, quanto o próprio sistema de dominação. Apesar de o governo Dilma ter aumentado a pressão e ampliado a agenda neoliberal, a alternativa burguesa foi o recrudescimento do regime com o *impeachment* e a ascensão do atual MDB ao comando do governo federal, enquanto medida de *contrainsurgência*. Já no governo Temer uma série de militares foram alçados a estrutura de poder. É preciso dizer que as forças políticas do PT ao PSTU, passando por PCdoB e PSOL, preferiram combater a insurreição e defender as instituições do que apostar na mobilização popular e suas demandas. Preferiram fortalecer o lado da ordem,

da autoridade, do que do lado da insurreição, da liberdade, da anarquia. A Burguesia dobrou aposta numa política de austeridade, neoliberal e antipovo. Inicialmente a partir dos latifundiários, usineiros, setores do comércio e serviços (Havan, Centauro, Riachuelo, Localiza, Coco Bambu), e o apoio indireto da Fundação Lemann (quem tem projeto de formação de lideranças políticas). Mas já no segundo turno contou com o apoio de setores orgânicos do empresariado representados pela Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), e pelo Instituto Aço Brasil. Trata-se do apoio à agenda ultraliberal liderada por Paulo Guedes. Todos setores que apoiavam o PT e chegaram a participar de mobilizações conjuntas com a CUT. A possibilidade de fechamento do regime, de uma perseguição mais sistemática mesmo a setores legalistas do movimento social, não deve ser descartada. A contribuição anarquista e libertária passa por estar preparado para uma nova insurreição bem como resistir a tempos de maior repressão e de uma escalada fascista. Não ser sectário, mas também não ceder a gritos de unidade com base em conciliação de classe. Para isso é preciso se organizar e ser uma referência de auto-organização de massa para o conjunto da classe, principalmente da juventude negra e das mulheres que possuem as piores condições de vida e trabalho. Temos que pensar não só o durante a insurreição, mas também os dias que se seguem e estar cada vez mais preparados para esses dias.

**REL:** Temos observado nos últimos anos a ascensão de grupos proto-fascistas em diversos países. Como você observa o panorama político mundial contemporâneo?

**Prof. Rômulo Castro:** No geral temos um desgaste da chamada democracia liberal, ou melhor, da plutocracia. A concentração de riqueza e poder cada vez maior tem gerado enormes descontentamentos. Os grupos proto-fascistas e suas legendas têm tentado capitalizar essa situação, diante de um quadro recessivo econômico e das guerras promovidas pelo imperialismo que provocam enormes deslocamento de populações para Europa e EUA, dentro de um quadro econômico de falta de emprego e subemprego. Tivemos então a desestruturação de vários grupos de trabalhadores e de todo um modo de vida e por outro lado a piora nas condições de vida dos jovens. Por outro lado, os partidos socialistas e comunistas, em geral tem apostado na defesa da ordem, na institucionalidade, na moderação política. Do ponto de vista internacional, temos as

disputas imperialistas que vemos no conflito sino-americano e mesmo na guerra da Síria com os curdos tendo que se movimentar dentro do conflito geopolítico global entre Rússia e EUA e das questões regionais com apoio de russos e americanos ao governo neotamano neoliberal de Erdogan na Turquia. Portanto, temos elementos suficientes para considerar que o capital imperialista lança mão dos governos de extrema direita/proto-fascistas para avançar sobre os direitos e os recursos dos povos.

**REL:** Quais soluções podemos vislumbrar? Alguma crença dentro do campo institucional? E fora dele? É possível algum tipo de articulação? Onde os governados estão mais avançados neste processo de resistência?

**Prof. Rômulo Castro:** A solução demandará tempo e dedicação. Reconstruir o Sindicalismo Revolucionário e suas experiências de ação direta e mutualidade é urgente. Dentro do campo institucional não teremos avanço para uma sociedade socialista. Só conciliação. Do ponto de vista das resistências pontuais é possível articulação, mas a reforma da previdência e trabalhista já demonstrou que nem isso tem sido possível pelo grau de degeneração e assimilação a ordem das principais forças políticas nacionais. A incorporação da CUT na edificação do poder de Estado durante o governo Lula levou a central diretamente para o desenvolvimento de um modelo social-democrata dentro de uma estrutura social e de classes numa conjuntura histórica do sistema mundo contrarrevolucionária, que legou a formação de sistema cognitivo e de saber político-sindical particular. Um saber político-sindical conciliador, de manutenção da ordem vigente. Ao passo que precisamos construir um saber político-sindical insurgente. A meu ver temos duas grandes experiências de resistência que deve nos servir de referência: 1) os zapatistas e as comunidades indígenas no sul do México e 2) o PKK, os curdos e os povos de Rojava.

**REL:** Os partidos de esquerda (PT e seus aliados) ocuparam o poder no Brasil por mais de uma década sendo excluídos por um golpe/manobra institucional. É possível atribuir, em algum aspecto, uma responsabilização ao petismo e seus apoiadores pela emergência da extrema direita que culminou na ascensão de Jair Bolsonaro ao poder?

**Prof. Rômulo Castro:** Com certeza. O petismo e seus aliados querem jogar no colo dos insurretos de 2013 o golpe que sofreram em 2016. Mas é fundamental lembrar que o projeto de conciliação de classes petistas assumiu a forma histórica da capitulação e, conseqüente, degeneração da social-democracia no Brasil pós política da anistia sob tutela

militar. Esse é o processo de capitulação e degeneração, resultante da dialética de assimilação à ordem burguesa de organizações políticas de origem popular, sindical e estudantil, ou seja, a supremacia do *sistema da autoridade* sobre o *sistema da liberdade*. Em outras palavras, *as forças populares que assumiram a forma de movimentos de massa contra a Ditadura Empresarial-Militar, foram convertidas em forças comprometidas com a ordem burguesa, resultado da estratégia da via eleitoral para a conquista do poder*. Isso é muito evidente quando da insurreição de 2013. Trata-se de um aspecto que se deve levar em consideração e é de determinante, não significa que seja a única determinação. Mas PT e seus aparato sindical, a CUT, forjaram aliança com o empresariado e com setores conservadores e reacionários da sociedade. Ajudaram no fortalecimento dos militares e na ampliação da aliança com setores conservadores e reacionários da sociedade. Se dedicaram a fornecer elementos para políticas públicas estatais. E tudo isso articulando amplo setor conservador, como de igrejas, passando por militares e por espectro da burguesia.

**REL:** Temos acompanhado nos noticiários uma grande mobilização Internacional devido a escalada da degradação ambiental no Brasil. Como o anarquismo observa essa questão e de que forma isso pode representar algum tipo de ameaça, interna ou externa para o atual governo?

**Prof. Rômulo Castro:** Essa deve ser uma questão central para o anarquismo. Teoricamente não temos o peso do industrialismo e suas vertentes. Assim, devemos rechaçar duas de suas principais ideias: 1) de uma tecnologia por si só salvadora e redentora esteja no próprio capitalismo para uma sociedade sem classes; 2) que o capital pode ser um regenerador e que através de um estado possa redistribuir a base coletiva do trabalho produzida pelo próprio desenvolvimento do capital. Dito isso, a luta por terra e liberdade e contra a exploração deve ser central. A agência da luta ambiental está nos próprios sujeitos para a mudança radical da condição e situação de vida. Não é por acaso que mesmo o PT no governo, e agora o governo do PCdoB de Flavio Dino no Maranhão, ataquem frontalmente as populações camponesas e suas frações étnicas. Neste sentido, o anarquismo pode ser uma referência para os povos que tem resistindo a degradação ambiental e afetado sua condição de vida. No Brasil os casos mais emblemáticos são de comunidades ribeirinhas, quilombolas e povos indígenas. Essa resistência é fundamental para qualquer possibilidade revolucionária no Brasil e de aliança internacionalista com trabalhadoras e trabalhadores de outros países para expandir uma luta contra o capitalismo

que destrói outros modos de vida e agora ameaça nossa própria existência. Do ponto de vista das disputas imperialistas, não acho que vá ter alguma intervenção político-militar na Amazônia, uma vez que esses capitais já usufruem de todas as possibilidades de exploração por aqui. Do ponto de vista das pressões econômicas pode afetar uma importante base de apoio, o chamado agronegócio, que precisa fingir que tem responsabilidade ambiental e ao mesmo tempo ter um controle mínimo e deixar que os órgãos ligados a questão ambiental minimamente tenham algum tipo de atuação e controle. Mas não vejo que haverá alguma mudança na linha de política ambiental do atual governo.

**REL:** Nas últimas semanas aconteceram diversos protestos pelo mundo. Na América Latina destacaram-se os casos do Equador, do Chile e do Haiti. A partir de uma perspectiva libertária, como é possível analisar esses protestos? Qual a sua opinião a respeito?

**Prof. Rômulo Castro:** Acredito que podemos ver o início de um novo ciclo de lutas dentro de um contexto internacional marcado pelo fim da estabilidade política das autocracias da Líbia, Síria, Egito e Iraque promovida pelo ataque imperialista dos EUA e da União Europeia. Tal situação é fortemente marcada por guerras que se arrastam a mais de uma década, como no Afeganistão. Dentro disso, temos as disputas entre EUA e o eixo sino-russo. Os russos com seu protagonismo político, principalmente no caso Sírio, e a China como um dos centros da economia mundo capitalista e contínua ascensão e conflito com os EUA. Temos no caso do Chile o esgotamento do modelo Neoliberal, o laboratório de Pinochet-Milton Friedman. São mais de 30 medidas neoliberais mantidas e organizadas por uma constituição ainda do período da Ditadura. A situação de desigualdade e das consequências dessas políticas são sentidas agora. Endividamento dos jovens estudantes e suas famílias, aposentadorias que mal cobrem custo de vida levando diversos trabalhadores e trabalhadoras aposentados ao suicídio. As mobilizações e protestos no Chile tem ocorrido com bastante frequência há algum tempo, como as mobilizações estudantis reivindicando melhoria do ensino e universidades públicas e gratuitas. No caso do Equador temos claramente um levante popular contra um governo oriundo do governo anterior, Lenin Moreno era vice de Rafael Correa, que optou por medidas neoliberais e alinhamento ao governo Estadunidense, isso ficou evidente no caso de Julian Assange e do ativista pelo Software Livre Ola Bini. Por fim, no caso do Haiti existe um levante contra o governo de Jovenel Moise, fantoche dos EUA, e que vem

implementado medidas econômicas de austeridade impostas pelo FMI. O estopim desses protestos foi a crise de abastecimento dos combustíveis, que fez com que o governo usasse como justificativas para aumentar o preço dos combustíveis, ao mesmo tempo que armazenava secretamente Petróleo. Sem esquecer o legado de 13 anos de invasão das tropas da ONU comandadas pelo exército brasileiro, governadas pelo PT. Esses protestos podem abrir potência de insurgência, no entanto é preciso ter claro os caminhos e meios de auto-organização para avançar um projeto socialista, para um autogoverno das trabalhadoras e trabalhadores e de todos os povos das américas. Temos muito claramente um setor de extrema-direita clerical (neopetencostal), neoliberal e militarista, isso em vários países das américas e a necessidade de ter um setor revolucionário para combater o autoritarismo e esses projetos antipovo. Talvez seja nosso maior dilema, a falta de expressão de massa, de auto-organização de massas em meio a essas possibilidades que estas lutas podem criar na América Latina de maneira geral. No final dos anos 1990 e início dos anos 2000 essa insurgência foi capitalizadas pelos distintos reformismos de cada país. Parece também que esse modelo moderado chegou ao fim de um ciclo, no entanto sem, ao que parece olhando sem maiores detalhes, ter conformado um campo político revolucionário, insurgente.